

Práticas integrativas e complementares: desafios na implementação no Sistema Único de Saúde

Integrative and complementary practices: challenges in implementation in the Single Health System

Prácticas integradoras y complementarias: retos de implementación en el Sistema Único de Salud

Recebido: 02/09/2022 | Revisado: 12/09/2022 | Aceito: 13/09/2022 | Publicado: 21/09/2022

Maria Andreza Marques da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7146-0811>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: andreza14200@gmail.com

Julya Thereza dos Santos Paixão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7562-7017>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: julyathereza25@gmail.com

Yhasmin Santos Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2927-1931>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: yhasmin_santos@hotmail.com

Natália dos Santos Rezende

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2988-2858>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: nattalia_rezende@outlook.com

Joana Myllena Oliveira Messias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4092-2870>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: joana_myllena@hotmail.com

Maria Clarisse Soares Carnaúba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8234-9825>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: clarissoarescarnauba@gmail.com

Andreza Maria de Melo Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1555-4116>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: andreza.me@icloud.com

Yasmim Virtuoso de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6575-7608>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

E-mail: yasminvirtuoso@hotmail.com

Tales Luiz dos Santos Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3287-0310>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

Email: talesluiz77@gmail.com

Anderson da Silva Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1961-6262>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Brasil

Email: moreiraanderson3214@outlook.com

Resumo

Objetivo: analisar as produções científicas acerca dos desafios da implementação das práticas integrativas e complementares (PICS) no sistema único de saúde. Metodologia: trata-se de uma revisão integrativa da literatura registrada nas bases de dados SciELO e LILACS utilizando os descritores “práticas integrativas e complementares”, “sistema único de saúde” e “saúde pública” e que obedeceram aos seguintes critérios de inclusão: texto completo disponível gratuitamente em periódicos nacionais e internacionais e publicados entre os anos de 2011 a 2021. Foram excluídos desta revisão os editoriais, cartas ao editor, relatos de experiência, estudos reflexivos e estado da arte. Resultados: após a aplicação dos critérios estabelecidos, foram selecionados 08 estudos para essa revisão. A partir da análise dos artigos, emergiram três categorias: falta de conhecimento sobre a política nacional de práticas integrativas e complementares; capacitação profissional para a atuação junto às PICs e abordagem das PICs durante a graduação. Conclusão: a falta de informação tanto por profissionais que exercem quanto por público que usufrui, compromete a

eficácia das práticas e o aproveitamento completo destas formas de manutenção na qualidade de vida. Além disso, é importante que a gestão se comprometa a implementar as PICs no SUS, a fim de promover a integralidade do cuidado.
Palavras-chave: Terapias complementares; Saúde pública; Sistema único de saúde.

Abstract

Objective: to analyze the scientific productions about the challenges of implementing integrative and complementary practices (PICs) in the unified health system. **Methodology:** this is an integrative review of the literature registered in the SciElo and LILACS databases using the descriptors “integrative and complementary practices”, “unified health system” and “public health” and which met the following inclusion criteria: text available free of charge in national and international journals and published between 2011 and 2021. Editorials, letters to the editor, experience reports, reflective studies and state of the art were excluded from this review. **Results:** after applying the established criteria, 08 studies were selected for this review. From the analysis of the articles, three categories emerged: lack of knowledge about the national policy of integrative and complementary practices; Professional training to work with the PICs; Approach to PICs during graduation. **Conclusion:** the lack of information both by professionals who practice and by the public that enjoys it, compromises the effectiveness of practices and the full use of these forms of maintenance in the quality of life. In addition, it is important that management commits to implementing PICs in the SUS, in order to promote comprehensive care.

Keywords: Complementary therapies; Public health; Health unic system.

Resumen

Objetivo: analizar las producciones científicas sobre los desafíos de la implementación de prácticas integradoras y complementarias (PICs) en el sistema único de salud. **Metodología:** se trata de una revisión integradora de la literatura registrada en las bases de datos SciElo y LILACS utilizando los descriptores “prácticas integradoras y complementarias”, “sistema único de salud” y “salud pública” y que cumplió con los siguientes criterios de inclusión: texto disponible libre de cargo en revistas nacionales e internacionales y publicados entre 2011 y 2021. Se excluyeron de esta revisión editoriales, cartas al editor, relatos de experiencia, estudios reflexivos y estado del arte. **Resultados/discusión:** después de aplicar los criterios establecidos, se seleccionaron 08 estudios para esta revisión. Del análisis de los artículos surgieron tres categorías: desconocimiento de la política nacional de prácticas integradoras y complementarias; Formación profesional para trabajar con los PICs; Acercamiento a los PIC durante la graduación. **Conclusión:** la falta de información tanto por parte de los profesionales que la practican como del público que la disfruta, compromete la efectividad de las prácticas y el pleno aprovechamiento de estas formas de mantenimiento en la calidad de vida. Además, es importante que la gerencia se comprometa con la implementación de los PIC en el SUS, para promover la atención integral.

Palabras clave: Terapias complementarias; Salud pública; Sistema único de salud.

1. Introdução

Os campos da saúde ainda convivem com uma visão biologicista associada ao cuidado, além da predominância de práticas médicas e o fortalecimento da atenção secundária e terciária. No entanto, atualmente, esse modelo hospitalocêntrico tem sofrido com intensas críticas por diversos autores, que problematizam desde a sua base epistemológica, até as suas consequências no cotidiano da população. Nasce então a pungente necessidade de fundar um novo processo de atenção, com vista ao enfrentamento mais adequado dos problemas de saúde (Azevedo & Pelicioni, 2011).

A partir desta mudança todo o campo de pesquisas irá se configurar, incorporando saberes e tecnologias, cada vez mais diversificadas. É nesse movimento de contracultura que ao final da década de sessenta, houve um crescente interesse nos grandes centros urbanos pelas ditas medicinas tradicionais e complementares, muito embora elas já estivessem presentes em diversas culturas como sistemas de cura (Melo et al., 2017).

Essas terapias, de acordo com Silva et al. (2020) possuem bases teóricas que se distanciam do padrão convencional, o biomédico, cujo suporte filosófico é o pensamento cartesiano. Seu enfoque visa um olhar holístico do ser humano, mediante a integração dos aspectos psicológicos, sociais e físicos. Portanto, refutam a concepção do indivíduo constituído de partes fragmentadas que podem ser analisadas independentemente, entendendo-o pela correlação dessas partes para a formação da sua integralidade.

Visto isso, o sistema único de saúde (SUS) se mostrou favorável ao uso destes recursos no tratamento, em decorrência da sua aplicabilidade e eficácia para a recuperação do paciente, como também economicamente mais acessíveis. Neste sentido, em 2006 o Ministério da Saúde implantou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que rege a introdução destas práticas no SUS, dispondo sobre sua implementação em âmbito nacional. Esta política veio atender, especialmente, à necessidade de se incorporar, conhecer e implementar vivências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos estados, respondendo ao mesmo tempo os anseios de grande parcela da população, manifesto nas recomendações de Conferências Nacionais de Saúde, desde 1988 (Brasil, 2006).

Pretendeu-se com a sua criação, colaborar para a racionalização das ações em saúde e resolubilidade do SUS, os quais devem ser direcionados para promoção do cuidado humanizado e integral à saúde dos indivíduos. Buscando assim, uma assistência pautada no acolhimento, a qual respeita sua particularidade e singularidade a partir da indissociação das dimensões biopsicossociais, que podem influenciar no adoecimento e saúde (Habimorad et al., 2020).

Contudo, segundo Dacal e Silva (2018) a inclusão das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) no SUS tem ocorrido de maneira gradativa e muito lentificada. Alguns motivos apontados pelos pesquisadores se devem ao pouco conhecimento a respeito dessas terapias, a falta de estudos relacionadas a essa temática, além de uma ausência de profissionais devidamente qualificados na rede SUS para executá-las de maneira adequada.

Em reconhecimento a essa problemática, mesmo estando em processo de avanço e crescimento, foram constatadas adversidades relativas à adoção das PIC. Diante do panorama exposto, este estudo visa colaborar para a ampliação do conhecimento sobre as práticas integrativas e complementares e tem como objetivo principal analisar as produções científicas acerca dos desafios da implementação das PICS no SUS.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de sintetizar os resultados de estudos acerca de uma temática, de modo ordenado, organizado e abrangente. Busca-se, portanto, elucidar, de forma ampliada e abrangente, questões relativas a determinado assunto, com base em evidências científicas consistentes (Moreira et al., 2022).

A revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica, e para a sua realização seguem-se seis etapas que possibilitam o alcance dos objetivos do estudo. São elas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (Melnik; Souza & Carvalho, 2014). A fim de determinar os estudos a serem incluídos, os meios para sua identificação e as informações a serem extraídas, foi elaborada a seguinte questão norteadora: quais os desafios para a implementação das PICs no SUS?

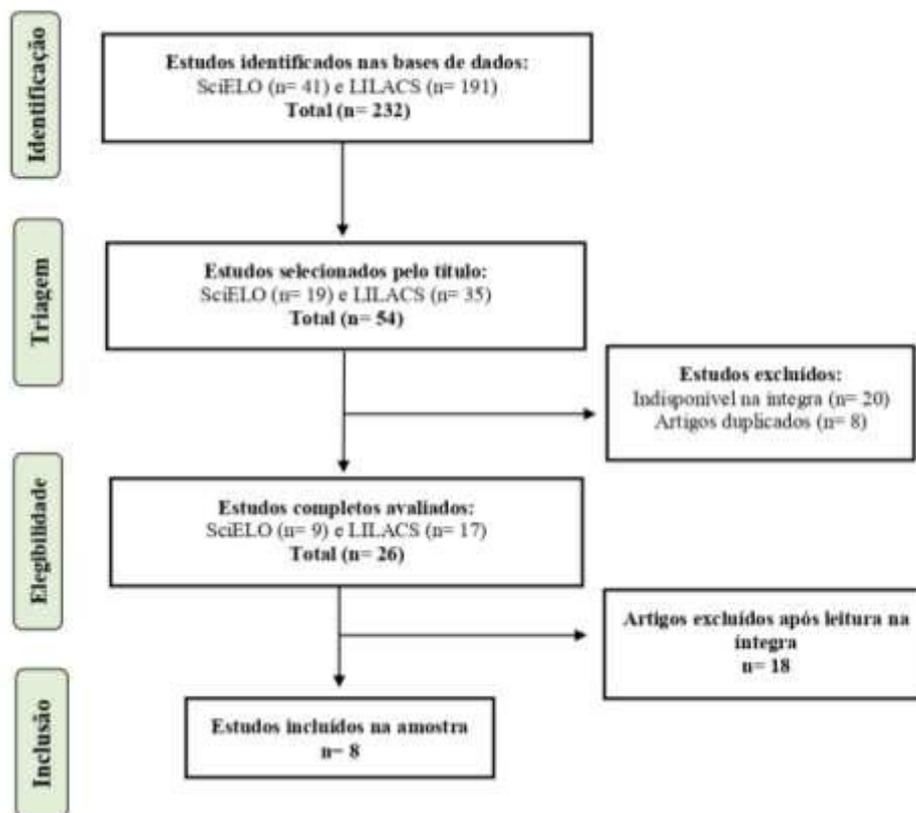
Inicialmente, definiu-se os descritores para busca, extraíndo-os dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: “Práticas Integrativas e Complementares”, “Sistema Único de Saúde”, “Saúde Pública”, com aplicação do operador booleano AND entre os termos. O levantamento dos dados foi realizado entre os meses de julho a agosto de 2021, utilizando-se das seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

No que concerne aos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos no estudo artigos completos disponíveis gratuitamente, nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados nos últimos dez anos (2011 a 2021). Por outro lado, foram excluídos os artigos duplicados, revisões narrativas, sistemáticas ou integrativas, editoriais, cartas ao editor, relatos de experiência, estudos reflexivos e estado da arte.

A primeira etapa da coleta de dados consistiu na busca nas bases de dados, totalizando 232 artigos. Após o processo

de seleção, que obedeceu aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, e posterior leitura dos títulos e resumos, selecionaram-se 26 artigos. Em seguida, procedeu-se à leitura na íntegra dos estudos e exclusão dos artigos indexados repetidamente em uma das bases. Após a aplicação desses critérios, a amostra desta revisão se caracterizou por 08 artigos, classificados de acordo com o nível de evidência e grau de recomendação. O fluxograma da busca dos artigos na base de dados pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de busca nas bases de dados.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Segundo a Classificação de Oxford Centre for Evidence-Based Medicine, as evidências são classificadas de acordo com a confiabilidade e precisão em condutas terapêuticas e preventivas. Para sua operacionalização, são divididas em níveis, sendo eles: 1. Revisões sistemática ou metanálises; 2. Ensaio clínico randomizado controlado; 3. Ensaio clínico controlado sem randomização; 4. Caso controle ou estudo de coorte; 5. Revisão sistemática de estudo qualitativo ou descritivo; 6. Estudo qualitativo ou descritivo; e 7. Artigo de opinião ou consenso de órgãos governamentais ou conselho de especialidades médicas (Melnik; Souza & Carvalho, 2014).

3. Resultados

O Quadro 1 apresenta um panorama geral dos 08 artigos selecionados, caracterizando os aspectos metodológicos e seus respectivos resultados.

Quadro 1 – Distribuição das referências incluídas na revisão integrativa, segundo as bases de dados SciELO e LILACS, em ordem de ano de publicação.

AUTOR	ANO	PERIÓDICO	AMOSTRA	DESFECHO
Thiago & Tesser	2011	Revista de Saúde Pública	177 profissionais, sendo 82 médicos e 95 enfermeiros	A maior parte (59,9%) dos profissionais relacionava as PIC ao entendimento mais amplo do processo saúde doença em relação à biomedicina. Entre os profissionais, 88,7% desconheciam as diretrizes nacionais da PNPIC. Além disso, a inclusão das PIC nos três níveis de atenção à saúde era aceita por 45,8% dos indivíduos; 59,9% tinham elevado interesse pelas PIC, com desejo de realizar capacitação ou formação na área. Enfermeiros mostraram interesse pouco maior se comparados aos médicos
Ischkanian & Pelicioni	2012	Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento	35 gestores e profissionais de saúde	As gestoras entrevistadas na UBS relataram conhecer a PNPIC considerando de extrema importância agregá-las ao tratamento convencional; O não oferecimento das PIC na UBS foi atribuído a uma decisão da supervisão técnica de saúde responsável. Dos nove profissionais de saúde que foram entrevistados na UBS, nenhum tinha conhecimento da PNPIC e oito deles disseram nunca ter ouvido falar sobre as PIC. A prática de maior representatividade para os entrevistados foi a acupuntura, na qual factivelmente têm se observado maior investimento do SUS. Os principais benefícios do uso das PIC citados pelos entrevistados foram a diminuição do estresse, a ação tranquilizante, analgésica e anti-inflamatória. Quanto às dificuldades foram lembrados a falta de espaço físico, de apoio da gestão local e de maior valorização das práticas.
Galhardi et al.	2013	Ciência & Saúde Coletiva	Dados secundários (DATASUS) – municípios que realizaram consultas homeopáticas entre 2000-2007 e entrevista com 41 profissionais do SUS	Entre os anos de 2000 – 2007, apenas 47 municípios registraram atendimentos em homeopatia no SUS. Nos municípios, pode-se perceber que houveram interrupções, diminuição e aumento no número de consultas. Dos 42 entrevistados 11 conhecem a política (26%), 13 conhecem pouco (31%), 17 (41%) desconhecem a existência dela. Apenas quatro municípios, utilizaram a PNPIC efetivamente para a implementação da atenção em homeopatia. Para muitos a questão da implementação está na falta de garantia de recursos pela Política.
Gontijo & Nunes	2017	Trabalho, Educação e Saúde	118 profissionais de saúde de nível superior	Os resultados demonstram que 99,2% dos participantes afirmaram ter algum conhecimento sobre as PICs; 92,4% consideram as PICs eficientes; 86,4%, importantes para a profissão; 94,9%, importantes para o SUS. Nem todos que afirmaram dispor de algum conhecimento sobre as PICs tinham credibilidade nelas. O ensino das PICs deve ser inserido desde a graduação.
Barros, Spadacio & Costa	2018	Saúde Debate	117 coordenadores de Unidades Básicas de Saúde	Os coordenadores de serviços que ofertam alguma PIC atribuíram sentidos positivos à oferta de PICs, como a promoção da integração multidisciplinar. Foram apontados como desafios: a dificuldades para inserir as PICs em meio às outras inúmeras atividades desenvolvidas na APS. A sobrecarga de trabalho dos profissionais que conduzem as PICs e a falta de priorização das PICs no cenário da Atenção Primária também são entraves enfrentados.
Santos et al.	2018	Revista Mineira de Enfermagem	8 orientadores de práticas corporais desenvolvidas em Unidades Básicas de Saúde	Constatou-se impactos positivos das práticas sobre a saúde e bem-estar dos idosos, ampliando também o suporte social dado a essa faixa etária. Por outro lado, observou-se a necessidade de aumentar a população praticante; a ampliação de cursos de formação/qualificação; a melhoria de infraestrutura como entraves para a implementação das PICs.

Mattos et al.	2018	Ciência & Saúde Coletiva	157 profissionais da Estratégia Saúde da Família	Verificou-se que 85,4% não sabiam das 12 plantas medicinais que compõem a RENAME; 47,5% não recordava as práticas integrativas que fazem parte da PNPIC; 98,7% possuem interesse em receber informações sobre a utilização de plantas medicinais na APS.
Nascimento et al.	2018	Trabalho, Educação e Saúde	06 IES públicas no estado do Rio de Janeiro	Identificou-se que 46 disciplinas contemplam as PICs em IES públicas no Estado do Rio de Janeiro. Destas, 39 (85%) estão vinculadas à graduação e 7 (15%) à pós-graduação. Oferta de ensino em PICs em 11 das 14 subáreas de saúde presentes nas IES estudadas, com exceção apenas de Serviço Social, Nutrição e Fisioterapia. 17 disciplinas obrigatórias em PICs nas IES estudadas o que representa 37% do total ofertado; 19 disciplinas optativas (41%) e 10 eletivas (22%). As disciplinas que contemplam as PICs são em sua maioria informativas (67%). As Instituições de Ensino Superior (IES) também contam com disciplinas formativas (33%) que habilitam o aluno para o exercício prático de uma ou mais PICs.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Todos os oito artigos selecionados eram de periódicos nacionais, e destes apenas um (12,5%) era de periódicos de Enfermagem, o que reforça a necessidade de os Enfermeiros discutirem e produzirem estudos sobre as PICs, uma vez que esta pode ser amplamente utilizada durante a assistência de Enfermagem, especialmente no sistema público de saúde. Apenas três artigos (37,5%) estavam disponíveis no idioma inglês.

O recorte temporal dos artigos compreendeu o período de 2011 a 2018, sendo a maioria do ano de 2018 (50%), o que evidencia que a temática em questão é de recente abordagem na literatura. No que concerne o tipo de estudo, predominou-se os estudos transversais (100%), igualmente divididos entre metodologias quanti e qualitativas, sendo classificados com nível de evidência 6, de acordo com o *Oxford Centre for Evidence-based Medicine – Levels of Evidence*. Apresentou-se pela região sudeste do país o número total de publicações e a maioria dos autores correspondia ao sexo feminino (75%).

A partir da análise dos artigos encontrados viabilizou-se a construção de três categorias temáticas: 1) Falta de conhecimento sobre as Práticas Integrativas e Complementares; 2) Abordagem das PICs durante a graduação; 3) Capacitação profissional para a atuação junto às PICs.

No que diz respeito aos resultados dos artigos, verificou-se que os entrevistados conheciam, mesmo que superficialmente, as PICs e entendiam sua importância para o Sistema Único de Saúde. No entanto, era frequente o conhecimento de práticas isoladas, revelando desconhecimento sobre a grande quantidade de terapias disponíveis no SUS. Além disso, identificou-se que os desafios perpassam de maneira longitudinal, a gestão, os profissionais e os próprios usuários, intensificando os entraves em relação à implementação das PICs. Ademais, sobre a inserção das PICs desde a graduação, observou-se que disciplinas em ensino referente às práticas são ofertadas no ensino superior, sendo em sua maioria optativas e de caráter informativo.

4. Discussão

Os resultados demonstraram unanimidade no que tange à falta de conhecimento sobre as PICs, o que engloba desde a equipe de saúde, gestores e usuários do SUS. Embora os autores afirmem existir interesse pelas PICs por parte de profissionais e gestores, a ausência de conhecimentos aprofundados afasta esse serviço do cotidiano das atividades desenvolvidas diariamente no sistema público de saúde, sobretudo, na atenção primária.

Nesse sentido, um estudo realizado em uma unidade de saúde da família da região nordeste, observou que 81% dos profissionais desconheciam as normas vigentes relacionadas à fitoterapia, que se caracteriza como uma das PICs. Esse aspecto

ratifica a realidade nacional em que os profissionais desconhecem as diretrizes para as práticas complementares, bem como seu uso e eficácia, deixando, assim, de inseri-las durante as práticas assistenciais (Araújo et al., 2014).

Adicionalmente, verificou-se que alguns profissionais desconheciam a existência de uma política própria para as PICs. De modo semelhante, um estudo realizado com 508 enfermeiros de 19 estados identificou que 26,6% dos participantes não conheciam a política nacional das PICs (Andres et al., 2020).

Essa realidade é preocupante não somente no que concerne à prescrição e implementação das práticas no sistema público, mas perpassa também o fato de que os profissionais de saúde são instrumentos de orientação para que os gestores delimitem os serviços ofertados no SUS, sendo indispensável compreender as políticas existentes (Sacramento & Gentilli, 2016).

No que se refere aos gestores e coordenadores de serviços, os estudos apontaram não somente o conhecimento como também o reconhecimento desses a respeito da importância das PICs para o SUS, atribuindo repercussões positivas à implementação das práticas. Uma investigação realizada com gestores da estratégia saúde da família sobre fitoterapia mostrou que apenas um gestor dos oito entrevistados afirmou não ter conhecimento sobre esta prática integrativa. No entanto, segundo eles, o desafio abrange questões como formação e qualificação profissional, aproximação com as universidades e a reorientação dos serviços para abranger também as práticas (Araújo et al., 2014).

Em relação às abordagens das PICs durante a graduação, os artigos evidenciam a importância de disciplinas que englobem as PICs nas matrizes curriculares a fim de proporcionar uma visão ampliada ao processo de cuidado desde a graduação assim como direcionar a efetivação da política pública que ainda se encontra fragmentada. Pesquisa realizada com 209 instituições públicas de ensino superior buscou analisar a situação do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em faculdades de Enfermagem, Medicina e Fisioterapia no Brasil. Os resultados encontrados apontaram que apenas 43 (32,3%) Instituições de Ensino Superior oferecem disciplinas relacionadas à temática (Salles, Homo & Silva, 2014).

Ainda no estudo supracitado, foi evidenciando que as escolas de Enfermagem são as que oferecem mais disciplinas voltadas para as PICs (26,4%), contrapondo os artigos dessa revisão, uma vez que o curso de Medicina é o que mais concentra matérias sobre as PICs (31%) (Salles, Homo & Silva, 2014). No entanto, o quantitativo apresentado fomenta a discussão quanto à necessidade de difundir as PICs, uma vez que a política foi criada em 2006 e seu ensino ainda é negligenciado durante a graduação.

Um estudo conduzido na região sudeste identificou que o conhecimento dos estudantes de enfermagem sobre o uso de plantas medicinais como terapia complementar é de ordem empírica e que a formação universitária não contempla aspectos que embasam e discutem claramente as PICs. As falas dos acadêmicos também demonstram que sem a fundamentação científica sobre plantas medicinais, eles se sentem inseguros para realizar orientações aos usuários. Deste modo, é importante que a academia forneça o suporte necessário aos universitários (Badkle et al., 2017).

Ademais, os dados apresentados reforçam as lacunas no ensino na graduação e o desacordo das grades curriculares com a PNPIC, que prevê em suas diretrizes a ampliação da inserção formal da Medicina Tradicional Chinesa/acupuntura e outras práticas nos cursos de graduação e pós-graduação para as profissões da saúde. Desse modo, é imprescindível expandir o acesso às práticas complementares assim como alcançar o indivíduo através de tecnologias eficazes e seguras de maneira individualizada e pautada nas especificidades do mesmo (Azevedo et al., 2019).

No que concerne a capacitação dos profissionais para atuação junto às PICs, foi possível observar que há um aumento do interesse dos trabalhadores nesta área. Esse fator colabora para desmistificar o modelo biologicista de cuidado ao passo que a inserção das PICs colabora na busca de uma assistência holística, humanizada e mais abrangente em relação ao processo de saúde-doença (Brasil, 2006).

Uma revisão integrativa identificou que os profissionais de saúde que possuíam algum tipo de especialização sobre as atividades complementares ocorreram apenas por interesse próprio, o que evidencia a necessidade de um planejamento dos gestores e equipes para que as ofertas das PICs sejam ampliadas. Acredita-se que a falta de conhecimento sobre essas atividades faz com que outros atuantes da área da saúde não busquem se capacitar, havendo uma limitação do seu fazer profissional perante o aumento das demandas da população a respeito das PICs (Molulo et al., 2015).

Além disso, há um baixo interesse dos gestores em estimular, sensibilizar e elucidar as áreas de saúde e seus profissionais sobre a realização das práticas, fazendo com que não haja implementação e expansão dessas atividades na atenção básica. Ademais, é fundamental o mapeamento para que haja o conhecimento de quantos profissionais são especializados e suas capacitações, para que sejam ofertados intervenções e seminários que visem arquitetar a introdução das PICs nos níveis de atenção (Zanella et al., 2018).

Ainda existe uma carência de capacitações na área de terapias complementares e integrativas, o que culmina com a limitação das experiências e colabora para uma menor implementação por parte dos profissionais nas redes públicas, principalmente na atenção básica, já que os mesmos não possuem nenhuma especialização, acarretando na dificuldade em atender às crescentes demandas.

5. Conclusão

As PICS são importantes para que um cuidado integral seja oferecido ao usuário e ações de promoção à saúde sejam qualificadas, visto que traz inúmeros benefícios para a população, como a diminuição da necessidade do uso de medicações.

Apesar de, atualmente, o uso das PIC estarem começando a ter evidência, obstáculos ainda são encontrados e refletem negativamente na sua implementação. O método biologicista continua predominante nos âmbitos do cuidado, o que repercute na baixa busca pelas PICS, além de centralizar seu cuidado em práticas técnicas e medicamentosas.

Adicionalmente, a pouca abordagem sobre essa política durante a graduação dos cursos, associada à uma gestão com aprendizados incipientes sobre as PICS, resulta na falta de conhecimento dos profissionais em seu ambiente de trabalho, o que repercute no cuidado ao usuário.

É possível visualizar tais obstáculos como uma cascata de falhas, onde todas geram um impacto negativo na aplicação e eficácia das PICS, gerando baixos investimentos, subsídios governamentais incipientes, objeções quanto sua oferta nos serviços de saúde e reforço ao cuidado biologicista e hospitalocêntrico. Sugere-se que os próximos estudos contemplem um maior número de bases de dados. Desse modo, será possível ampliar o conhecimento sobre esta temática além de contribuir no planejamento adequado para implementação das PICs.

Referências

- Andres, F.C, Andres, S.C., Moreschi, C., Rodrigues, S.O. & Badke, M.R. (2020). Conhecimento de enfermeiros acerca das práticas integrativas e complementares em saúde. *Research, Society and Development*, 9 (7), 1-15. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5171/4467>.
- Araújo, W. R. M., Silva, R.V., Barros, C.S. & Amaral, F. M. M. (2014). Inserção da fitoterapia em unidades de saúde da família de São Luís, Maranhão: realidade, desafios e estratégias. *Revista Brasileira de Medicina Família Comunidade*, 9 (32): 258-263.
- Azevedo, E., & Pelicioni, M. F. (2011). Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9 (3), 361-378. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462011000300002>
- Azevedo, C., Moura, C. d. C., Corrêa, H. P., Mata, L. R. F. d., Chaves, É. d. C. L., & Chianca, T. C. M. (2019). Complementary and integrative therapies in the scope of nursing: Legal aspects and academic-assistance panorama. *Escola Anna Nery*, 23(2). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0389>
- Badke, M. R., Heisler, E. V., Ceolin, S., Andrade, A. D., Budó, M. D. L. D., & Heck, R. M. (2017). O conhecimento de discentes de enfermagem sobre uso de plantas medicinais como terapia complementar. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 9(2), 459. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.459-465>

- Barros, N.F., Spadacio, C. & Costa, M.V. (2018). Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. *Saúde debate*, 42 (1): 163-173. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s111>.
- Brant, L. C., Melo M. B., Giffoni J. M. S., & Vasconcelos L. T. (2014). Práticas integrativas e complementares: os desafios da implantação de uma política. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, 5(3), 843-861.
- Brasil (2006). Ministério da Saúde. Portaria Nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html
- Cerdeira Molulo, C. E., Silva Possidônio, M. J., Soares Valença De Lima, R., & Messias, C. M. (2015). As Práticas Integrativas Complementares (PICS) na Atenção Básica. *Revista Brasileira de Medicina Chinesa*, 8(24), 36-40. <https://www.ebramec.edu.br/wp-content/uploads/2018/05/rbmc24.pdf#page=36>
- Dacal, M. P. O., & Silva, I.S. (2018). Impactos das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos. *Saúde Debate*, 42 (118): 724-735. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811815>.
- Fontenele, R.P., Sousa, D.M.P., Carvalho, A.L.M. & Oliveira, F.A. (2013) Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. *Ciência e saúde coletiva*, 18 (8): 2385-2394.
- Galhardi, W. M. P., Barros, N.F., & Barros, L.M.A.C.M. O conhecimento de gestores municipais de saúde sobre a Política Nacional de Prática Integrativa e Complementar e sua influência para a oferta de homeopatia no Sistema Único de Saúde local. *Ciência saúde coletiva*, 2013; 18 (1):213-220. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000100022>.
- Gontijo, M. B. A., & Nunes, M. F. (2017). Práticas integrativas e complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde. *Traalho, Educação e Saúde*, 15 (1): 301-320. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00040>
- Habimorad, P. H. L., Catarucci, F. M., Bruno, V. H. T, Silva, I. B., Fernandes, V. C., Demarzo, M. M. P, Spagnuolo, R. E., Patricio, K. P., (2020). Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 395-405, fev. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020252.11332018>.
- Ischkanian, P. C., & Pelicioni, M. C. F. (2012). Desafios das práticas integrativas e complementares no SUS visando a promoção da saúde. *Journal of Human Growth and Development*, 22(2), 233-238.
- Lemos, C. S., Rodrigues, A. G. L., Queiroz, A. C. C. M., Galdino H., Jr., & Malaquias, S. G. (2018). Práticas integrativas e complementares em saúde no tratamento de feridas crônicas: revisão integrativa da literatura. *Aquichan*, 18 (3), 327-342. <http://dx.doi.org/10.5294/aqui.2018.18.3.7>
- Mattos, G., Camargo, A., Souza, C.A. & Zeni, A.L.B. (2018). Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. *Ciência. Saúde Coletiva*, 23 (11): 3735-3744. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182311.23572016>.
- Melnik, T., Souza, W.F., Carvalho, M.R. (2014). A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. *Revista Costarricense de Psicologia*, 2 (33): 79-92.
- Melo, M. B., Brant, L. C., Giffoni, J. M. S., & Vasconcelos, L. T. (2017). Práticas integrativas e complementares: os desafios da implantação de uma política. *Revista Gestão & Amp; Saúde*, 5(3), 843-861.
- Moreira, A.S., Alves, J.S.S., Melo, G.C., Paixão, J.T.S., Carnáuba M.C.S. (2022). Fatores associados ao não uso de preservativo por adolescentes brasileiros: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, 5 (11): 1-16. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28450>.
- Nascimento, M.C., Romano, V.F., Chazan, A.C.S. & Quaresma, C.H. (2018). Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. *Trabalho Educação Saúde*, 16 (2): 751-772. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00130>.
- Sacramento, H.T. & Gentilli, R.M.L. (2016). Mundialização do capital e política de saúde: desafios para as práticas integrativas e complementares no SUS. *Revista Política Pública*, 1(20): 103-120.
- Salles, L. F., Bel Homo, R. F., & Paes da Silva, M. J. (2014). situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. *Cogitare Enfermagem*, 19 (4). <https://doi.org/10.5380/ce.v19i4.35140>
- Santos, M.S., Amarello, M.M., Vigeta, S.M.G., Horta, A.L.M., Tanaka, L.H., & Souza, K.M.J. (2018). Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos. *Revista Mineira de Enfermagem*, 22:e-1125. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180048>
- Silva, G. K. F, Sousa, I. M. C., Cabral, M. E. G. S., Bezerra, A. F. B. & Guimarães, M. B. L. (2020). Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do sus. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30 (1), p. 1-25, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312020300110>.
- Thiago, S.C., & Tesser, C.D. (2011). Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. *Revista Saúde Pública*, 45 (2): 249-257. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011005000002>.
- Zanella, A. K., Ramires, C. C., Rocco, C. P., & Silva, M. D. (2018). Proposta de intervenção ensino-serviço de Práticas Integrativas e Complementares. *Revista de Ciências da Saúde*, 30 (1), 63-71. <https://doi.org/10.14295/vitalle.v30i1.7449>.